apogeo

número 36 • Julho 2009

revista da associação de professores de geografia



'Zonas de contacto' e o presente (pós)colonia Geografia escolar intercultural

Grande Continente do Sul

Action Stations for UK Geography

Comunicação Interpessoal em Sala de Aula

Seis graus que podem mudar o Mundo

Lugares quase perfeitos

À conversa com Maria José Maya













Editorial	2
Cartoon	5
In memoriam	6
Análises e Reflexões	
A condição Pós-moderna numa Geografia Escolar Intercultural	8
Visitantes do passado e do presente ao «Grande continente do Sul»	20
«Zona de contacto» e o presente (pós) colonial	26
«Action Stations for UK Geography»	32
Comunicação interpessoal em sala de Aula	38
Laboratório Didáctico	
Proposta de actividade de exploração do documentário «6 graus que podem mudar o Mundo»	55
Lugares quase perfeitos	
Lugares quase perfeitos	70
Geografias Pessoais	
À conversa com Maria José Maya	74

Julho 2009 apogeo

Ficha técnica

Apogeo n.º 36, Julho 2009

DIRECTOR:

Pedro Damião

Comissão de Redacção:

Moisés Fazenda Dias Emília Sande Lemos

Ana Cristina Câmara

Maria Vitória Albuquerque

Miguel Inez Soares

Jorge Moniz Lemos

Clara Rocha

Maria Helena Magro

Maria Helena Lobo

Maria Laurinda Pacheco

Maria Isabel Gingeira

Isabel Amorim Costa

COLABORADORES CONVIDADOS:

Luis Mendes

Sérgio Claudino

Anna Barford

João Sarmento Alan Parkinson

Ana Cristina Câmara

Rita Raimundo

Miguel Inez Soares

Sofia Mooney

Propriedade:

Associação de Professores de Geografia Bairro da Liberdade, Impasse à Rua C, lote 9, loja 13

1070-023 LISBOA

Tel.: 213 861 490 Fax: 213 850 374

E-mail: apg@aprofgeo.pt aprofgeo@netcabo.pt

Página da Internet: www.aprofgeo.pt

Produção gráfica: Santillana S. A.

Tiragem: 2500 exemplares

ISBN: 0872-2544

Depósito Legal: 21206/89

I. C. S. n.° 13 489 Preço: 6 euros





EDITORIAL

Com a presente edição de mais um número da Revista APOGEO, a Associação de Professores de Geografia porfia na promoção e divulgação de investigação que contribua para o aprofundamento da reflexão em torno da educação geográfica nas escolas portuguesas, mas sobretudo no estímulo à reformulação das práticas em ambiente de aprendizagem, fora ou dentro da sala de aula. O incremento na qualidade e na pertinência dos conteúdos publicados tem sido notório, bem como a abertura a contributos externos, quer alargando-os a outras escolas de pensamento portuguesas para além das de Lisboa, quer incentivando os de escolas e universidades estrangeiras. Além da audácia empregue na mobilização conjunta de um grande número de contributos - muitas vezes de diferentes áreas que não a da Geografia -, tem sido também importante o esforço permanente do Director e da Comissão de Redacção para renovar os conteúdos propostos e a sua própria organização.

Posto isto, neste número o leitor encontrará contributos de autores que representam campos científicos e escolas de pensamento diversos dentro da Geografia portuguesa, todos eles espelhando diversidade de perspectivas e de análise dos problemas que actualmente o currículo geográfico coloca às escolas. Encontrará também uma nova rubrica intitulada «Geografias Pessoais», dinamizada por Sérgio Claudino, na qual, à semelhança da de «Lugares quase perfeitos», se procura dar voz à biografia territorial de cada um e à subjectividade pertinente das suas geografias quotidianas. Colocando-se numa perspectiva histórica do ensino da Geografia em Portugal, Sérgio Claudino inaugura «Geografias Pessoais», onde levará a cabo um conjunto de entrevistas a professores de Geografia, figuras de referência que, ao longo das últimas décadas, desempenharam um papel activo na evolução da educação geográfica portuguesa. Para iniciar este ciclo de entrevistas, Sérgio Claudino convida a Dr.ª Maria José Maya a falar--nos do seu percurso estimulante na história do ensino da disciplina ao longo de décadas e no contributo ministerial para a reforma e valorização da mesma.

A primeira reflexão que abre o presente número da APOGEO segue a mesma linha de preocupação da rubrica que o finaliza. Sérgio Claudino deixa-nos uma homenagem sentida ao Professor Lorenzo Sánchez, no testemunho de colega e amigo, realçando o seu percurso académico, a preocupação constante com a promoção necessária de diversos eventos científicos aos quais presidiu nas comissões científicas e de organização; e com a reflexão produzida ao serviço da inovação na Didáctica da Geografia, além de toda uma vasta obra publicada no âmbito de uma Geografia Ibero-Americana.

Na rubrica «Lugares quase perfeitos», e no seguimento das edições passadas, comentários pessoais cruzados com imagens dão-nos a conhecer a perspectiva da muito pessoal biografia territorial de Sofia Mooney, dos aspectos positivos e dos menos positivos. Curiosamente, do lado dos negativos e desconfortáveis (refiro-me ao Egipto, na referência de Mooney), ganham peso as paisagens pós-coloniais do não-lugar para fins turísticos. O capitalismo produziu um espaço instrumental, o da reprodução das relações sociais, pelo que a análise do mundo (pós)moderno coloca-nos diante de uma série de desafios decorrentes



das transformações aceleradas provocadas pela globalização, como produto de um capitalismo maduro que destrói barreiras e ultrapassa obstáculos, onde o espaço e os lugares são mercantilizados. Cada vez mais o espaço é produzido por «novas indústrias», como a do turismo – de cujos efeitos nefastos no Egipto nos fala parte do testemunho de Mooney -, e, deste modo, todo e qualquer elemento natural ou humano da paisagem cartografada e conhecida entra no circuito da troca, apropriado de forma privada, enquanto área de lazer para quem pode fazer uso dela. Roteiro sem risco, encenação calculada, evento artificial, êxito garantido. Só a Antárctida parece escapar a esta lógica capitalista de produção dos lugares. Anna Barford, em «Visitantes do passado e do presente ao Grande Continente do Sul», descreve-nos a aventura humana da vida diária num acampamento situado no vulcão Monte Erebus, na Antárctida. Cruzando as experiências conhecidas dos visitantes do passado e do presente com a sua própria experiência, Barford descreve de forma fluida e com conhecimento de causa os perigos e as adversidades de viver num vulcão, tudo em nome do avanço do conhecimento no campo da sismologia. Aqui o roteiro comporta um elevado grau de risco, não há encenação, os eventos não são de todo artificiais e o êxito da missão nem sempre é garantido.

O turismo transforma tudo o que toca em artificial, cria um mundo fictício e mistificado de lazer ilusório, onde o espaço se transforma em cenário, num espectáculo para uma multidão amorfa, através da criação de uma série de actividades que conduzem à passividade, produzindo apenas a ilusão da evasão. Deste modo, o real é metamorfoseado para seduzir e fascinar. João Sarmento, na estimulante e crítica reflexão que nos traz em «Zonas de contacto» e o presente (pós)colonial", explora o conceito de geografias esquizofrénicas (no sentido em que perdem o contacto com a realidade) aplicadas aos resorts turísticos nos países em desenvolvimento, aqui também entendidos enquanto não-lugares, ainda que o autor não mencione o conceito ao longo da sua exposição. João Sarmento, num esforço de sistematização teórica e descrição empírica, parte das influências que o paradigma pós-colonial tem tido na evolução recente do pensamento geográfico e aplica essa matriz conceptual ao estudo de vários casos de transfiguração da paisagem da ilha de Santiago, de Cabo Verde, em não-lugares, onde a amnésia e a invenção da memória forjam novas identidades colectivas e novos lugares ou - acrescentaríamos nós - produzem a não-identidade e, consequentemente, o não-lugar.

Ao explorar questões relacionadas com o posicionamento do sujeito e o relativismo cultural, a visão crítica das abordagens pós-coloniais aprofundam a condição pós-moderna na Geografia contemporânea e remetem para a desconstrução dos processos de representação do «Eu» e do «Outro». Em paralelo com o artigo de João Sarmento, a reflexão «A condição pós-moderna numa Geografia escolar inter-cultural», de Luís Mendes, demonstra as implicações sociais e epistemológicas dos quadros de pensamento pós-moderno na afirmação de uma dimensão intercultural na Geografia escolar actual. O exercício que o autor realiza permite pôr em relevo o cruzamento frutífero das competências geográficas com a educação para a cidadania, na promoção do anti-racismo, por via do



desenvolvimento do espírito crítico dos alunos, permitindo a desconstrução de preconceitos e atitudes discriminatórias. Defendem-se, assim, as possibilidades de reconstrução de uma Geografia escolar numa perspectiva não-etnocêntrica, à luz da teoria crítica pós-moderna.

A apresentação das experiências educativas desenvolvidas naquele estudo demonstra o contributo decisivo que a Geografia escolar pode e deve ter na construção da mudança positiva da sociedade, por via de uma gestão curricular mais flexível, visando o desenvolvimento de competências sociais e cívicas. A Geografia escolar estará, desta forma, a cumprir uma das principais finalidades que, na actualidade, se reclama à escola: formar cidadãos capazes de julgar com espírito crítico o meio social em que se integram e de se empenhar na sua transformação progressiva. Esta é também a ideia-chave que contextualiza uma série de mudanças que está neste momento a ocorrer na Geografia escolar do Reino Unido, de que nos dá conta Alan Parkinson no artigo «Action Stations for UK Geography». O autor sintetiza estas mudanças em vários aspectos: a crescente flexibilidade curricular, que proporciona a oportunidade dos professores incluírem no seu plano inicial de aula as experiências dos alunos, desenvolvendo a ideia de uma «Living Geography»; o encorajamento da classe docente para que se envolva mais no desenvolvimento profissional, nomeadamente através da formação contínua; o envolvimento dos professores nas redes on-line e plataformas onde se disponibilizam recursos didácticos e experiências educativas de qualidade; a partilha de materiais e a troca de experiências on-line está a esboçar uma rede de professores de Geografia, prefigurando aquilo que se pode designar por comunidades de práticas.

Torna-se interessante avaliar que as mudanças operadas no Reino Unido ao nível do currículo geográfico se centram cada vez mais no papel e na função do professor e na sua capacidade de organização de um ambiente de trabalho escolar promotor do sucesso. O artigo de Ana Cristina Câmara e Rita Raimundo, «Comunicação interpessoal em contexto de sala de aula», permite exactamente reflectir em torno do estudo de caso do estilo de comunicação interpessoal de três professoras que leccionam a disciplina de Geografia numa Escola Básica 2/3 da Área Metropolitana de Lisboa. A reflexão produzida pela autoras salienta as potencialidades do Modelo de Comunicação Interpessoal do Professor em identificar as intervenções comportamentais que podem contribuir para a produção de um ambiente de aprendizagem mais positivo, permitindo ao professor tomar consciência do seu perfil relacional na sala de aula e, por conseguinte, promover uma melhoria do rendimento escolar dos seus alunos. A partir da leitura atenta de um rigoroso enquadramento teórico, da exposição clara da definição de procedimentos e metodologia adoptada, da disponibilidade dos instrumentos de recolha de dados, e posterior análise e discussão dos resultados, desafiamos os leitores a estudarem as conclusões das autoras e de forma reflexiva elaborarem a sua auto-avaliação nesta matéria.

O convite estende-se também à aplicação da estimulante experiência de aprendizagem elaborada por Miguel Soares e que preenche o espaço do laboratório didáctico deste número. O autor apresenta-nos uma proposta de actividade para a exploração do documentário de vídeo «Os 6 graus que podem mudar o Mundo», da National Geographic Society, com base na aplicação de um interessante guião que eventualmente pode ser corrigido fazendo recurso do Quadro Interactivo Multimédia. Como nos tem habituado a APOGEO, a experiên-



cia de aprendizagem encontra-se organizada num plano de aula esquematizado num quadro-síntese com a sequência e conteúdos, o tempo disponível e a
operacionalização da tarefa e respectivo diapositivo. Outro convite aos leitores
mais resistentes: faça-nos chegar o seu contributo sobre a forma de uma reflexão ou análise, bem como uma experiência de aprendizagem que tenha leva-do
a cabo nas suas aulas e que gostaria de dar a conhecer à comunidade portuguesa de professores de Geografia. Só assim se pode dar continuidade a esta
publicação e garantir a diversificação sustentável dos contributos, condição fundamental para a manutenção da sua referência a nível nacional, consolidando
um público cada vez mais vasto e crítico.

LUÍS MENDES



Cedido pelo autor. Publicado na revista Pública, em 15-01-2009

«Zonas de contacto» e o presente (pós)colonial

João Sarmento

Departamento de Geografia, Universidade do Minho Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa

«À medida que abandono o contexto do hotel burguês na procura de encontros de viagem, sítios de conhecimento intercultural, luto, sem grande sucesso, por libertar o termo relacionado "viagem" de uma história de significados e práticas europeias, literárias, masculinas e burguesas, científicas, heróicas e recreativas.»

James Clifford (1992: 106)

Introdução

ste texto é um resumo adaptado e modificado da primeira parte da comunicação apresentada no XXII Encontro Nacional de Professores de Geografia e no I Congresso da Geografia dos Açores, realizado entre 3 e 7 de Setembro de 2008 em Ponta Delgada, Açores. O objectivo principal é o de fazer uma breve discussão do paradigma póscolonial e das suas implicações na Geografia. Tento fazê-lo partindo da análise de duas imagens em resorts no «sul» global, procurando desta forma «materializar» algumas das ideias, conceitos e posturas que o pós-colonialismo nos traz, e usando em particular o termo 'zonas de contacto'. Inspiro-me principalmente nos trabalhos de autores como a linguista canadiana Mary Louise Pratt (1948-), o crítico literário e activista palestiniano Edward Said (1935-2003), o pós-colonialista indiano Homi Babha (1949-), o sociólogo polaco Zygmunt Bauman (1925-) a geógrafa feminista e pós-colonial australiana Jane Margaret Jacobs (1958-), e o geógrafo político e cultural inglês Derek Gregory (1951-).

A segunda parte da apresentação no referido encontro concentrou-se numa investigação empírica sobre três transformações na paisagem da ilha de Santiago, de Cabo Verde. Neste trabalho, explorei as diferentes formas através das quais três geografias materiais na ilha de Santiago participam na amnésia, no reforço e na invenção da memória, forjando novas formas de identidade colectiva e novos espaços e zonas de contacto. Estes três sítios e espaços híbridos – uma cidade histórica e um forte um campo de

concentração e um resort global -, enquadradas em forças e processos locais e globais, serviram de ponto de partida para leituras transculturais da reconfiguração da memória e paisagem num quadro pós-colonial, que indiciam as tensões, interesses e configurações geopolíticas transnacionais que se vão reinscrevendo na paisagem. Tentei desta forma explorar o conceito de geografias esquizofrénicas, que podem ser entendidas como geografias doentes, no sentido em que perderam o contacto com a realidade, e, assim, a Geografia, a terra, a paisagem, o país entendido como os doentes, estão no processo de construir um mundo imaginário que tentam naturalizar. Por vezes constroem alucinações materiais que têm consequências significativas e duradouras. O texto referente a esta parte da comunicação está actualmente publicado com o título «A Sweet and Amnesic Present: The Post colonial landscape and memory making in Cape Verde» (ver Sarmento) 2009b no periódico científico Social & Cultural Geography.

Zonas de contacto

«Toda uma história de espaços permanece por ser escrita - que seria ao mesmo tempo a história dos poderes (ambos os termos no plural) - desde as grandes estratégias da geopolítica às pequenas tácticas do habitat.»

Michel Foucault (1980: 149)

Gostava de começar este artigo com uma primeira imagem (Figura 1) que, em grande medida, retrata um encontro entre dois mundos. Por um lado, turistas do «norte», acabados de chegar a um «qualquer» resort turístico (neste caso, Diani Beach Resort, localizado a poucos quilómetros a sul de Mombaça, no litoral do Quénia), curiosos e interessados em saber o que podem comprar, que excursões podem fazer. Por outro lado, «empresários» locais (em que locais pode mesmo querer dizer que vêm de muito longe dentro do Quénia, frequentemente de forma sazonal) tentando rentabilizar ao máximo os encontros difíceis e fugazes com potenciais clientes. Este pequeno grupo de pessoas é «vigiado» por dois seguranças privados que se encontram bem próximos. Ainda que momentaneamente olhem à distância



para um outro local, mantêm-se atentos e prontos a «socorrer» os turistas, casos estes se sintam incomodados ou simplesmente fatigados deste contacto. É esta a sua tarefa principal. De forma não muito diferente de outras partes do mundo, apesar do espaço-praia ser legal e constitucionalmente público, é fortemente vigiado por empresas privadas. Num segundo plano um pequeno muro simboliza e materializa esse grande fosso global que nas últimas décadas se tem acentuado com a chegada do turismo de massas ao Quénia (ver, por exemplo, Sindica, 1996, e Kasfir 2004). Para lá do muro, junto à piscina, no jardim, nas espreguiçadeiras, encontra-se um enclave do »primeiro mundo», um meta-espaço e bolha turística, de acordo com o trabalho de Petri Hotolla (2005). Esta divisão é fortemente guardada 24 horas por dia, e permite que os mzungus (palavra swahili que designa uma pessoa branca, comummente usada no Quénia) possam estar a uns escassos metros de África, sem se «sujarem», sem se misturarem, sem se incomodarem com a pobreza, com os problemas mundanos e quotidianos do continente1.

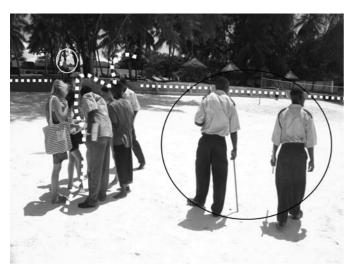


Figura 1 Praia em frente a resort em Diani Beach, Quénia, 2007

Fonte: Autor. 2007

Ao ver esta imagem e ao pensar sobre ela deparo com o conceito desenvolvido por Mary Louise Pratt de «zonas de contacto», e que pode ser entendido como os «espaços dos encontros coloniais», isto é, os «espaços em que povos separados geográfica e historicamente entram em contacto e estabelecem relações contínuas, envolvendo normalmente condições de coerção, desigualdade radical e conflitos sem solução» (Pratt 1992:6-7). Sem dúvida que no contexto do

Quénia, bem como em muitas outras partes do mundo, estas «zonas de contacto» devem ser pensadas à luz de um ambiente pós-colonial e de um paradigma pós-colonial. Este paradigma, entendido como uma formação político-intelectual crítica, debruça-se sobre as diversas consequências do colonialismo, a sua contestação nas culturas dos povos colo-nizados e colonizadores do passado, e sobre a reprodução e transformação das relações coloniais, representações e práticas no presente (Azevedo, 2007). Preocupa-se assim com o desenvolvimento de uma consciência das implicações políticas da construção das narrativas coloniais, interpretações e «histórias», e das suas repercussões na constituição de um presente (pós)colonial.

Ao explorar questões relacionadas com a posicionalidade do sujeito e o relativismo cultural, as abordagens póscoloniais desenvolvem as propostas que Edward Said construiu na obra *Orientalismo*, de 1978. Ao defender que «o Oriente» não existia, mas que foi, sim, etnocentricamente criado pelos Ocidentais, Said apresenta o orientalismo como um processo activo de alteridade, através do qual se justificou a subjugação e a exploração do Outro colonial. Como espelho deformador através do qual a Europa se definiu e celebrou a sua superioridade, o discurso orientalista facultou ao Ocidente o poder de transmitir e contradizer respeito cultural a outros e autorizar aquilo que conta como verdade (Azevedo, 2007), mostrando como se articulam poder e conhecimento na construção e manipulação de uma ideia específica de Oriente.

O discurso orientalista salienta a relação complexa entre o «Ocidente» e o «Oriente», e transmite uma geografia imaginária percorrida por mitos e imagens que incluem representações ambíguas do «Eu» e do «Outro». Estas são fundadas sobre uma história quer de proximidade, quer de distância, em relação a territórios e culturas que ocupavam o lado oriental do mapa (Azevedo, 2007). O Ocidente definiu-se «como progressivo, no sentido do fazer a História e de transformar o mundo, enquanto o Oriente foi definido como estático e intemporal» (Crang, 1998: 66). Ao invocar a «persistência tenaz das ideologias, práticas e economias do alto capitalismo no momento de descolonização formal», Jane Jacobs (2002), acompanhada de vários outros escritores, aponta para um processo de expansão cultural e económica que persistiu no período pós-colonial. Este processo é claramente auxiliado por representações de «outros» lugares e paisagens, que carregam estereótipos particulares sobre os indivíduos, a natureza e sobre a sobre

¹ Ver Dunn (2004), para uma acutilante crítica à ansiedade ocidental que vai sendo construída sobre o medo de «um planeta negro». Esta ansiedade está presente, por exemplo, na obra de Robert Kaplan, que em parte foi adoptada pela visão de política externa dos Estados Unidos, que sublinha o lugar inerentemente perigoso e selvagem que África é, pejada de violência política sem sentido e que emerge de um fracasso dos Africanos em «progredir».

cultura. Estas «geografias imaginativas» (Gregory, 1994), reflectem desta forma os desejos, as fantasias e os (pré) conceitos dos seus autores, bem como as malhas de poder que se articulam entre estas e os sujeitos.

A figura 2 ilustra mais um caso em que a fina linha que separa o resort de Hikkaduwa no Sri Lanka e a praia enquanto espaço público representa uma divisão global profunda, espaços porventura separados por quilómetros de irrecuperável distância. Em certa medida parece um fac-símile da imagem do Quénia. Nas palavras de Pratt, esta ideia de «zona de contacto» é mais adequada do que o sinónimo «fronteira colonial», pois este termo (fronteira) enquadra-se melhor numa perspectiva expansionista europeia. Aqui, são os trajectos de sujeitos anteriormente separados por hiatos geográficos e históricos que se interceptam, ainda que momentaneamente. É também nestes lugares particulares que podemos reflectir sobre as diversas formas como a diferença se torna objectivada. Resgatando as ideias de Gregory (2004), devemos examinar os modos como o colonialismo é transportado do passado para o presente, em processos de «deslocações culturais do colonialismo no presente». Por outras palavras, devemos repensar as fronteiras preguiçosas entre passado, presente e futuro, sendo que o empenho num futuro livre de disposições e poder colonial se sustenta em parte numa crítica das continuidades entre um passado colonial e um presente colonial (Gregory 2004:7).



Figura 2. Praia em frente a um *resort* em Hikkaduwa, Sri Lanka, 2008.

Fonte: Autor, 2008

Os espaços pós-coloniais, entendidos como espaços híbridos, reconfiguram-se à luz da memória de um passado colonial, de uma memória inscrita na própria paisagem através dos mais diversos signos. Neles opera-se um processo complexo de relocalização de identidades, que

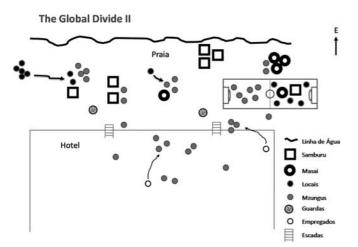
põe a nu diversas tensões decorrentes da procura de comunidades nacionais circunscritas, de uma busca de culturas comuns e de um sentido de lugar. Estes espaços são «zonas de contacto por excelência», espaços gerados pelo frémito da mobilidade entre fronteiras e que evocam a co-presença espacial e temporal de sujeitos previamente separados por disjunções históricas e geográficas, cujas trajectórias agora se interceptam» (Pratt 1992). De acordo com Brenda Yeoh (2004), a construção da nação pós-co-Ionial verte fundamentalmente da tentativa de territorialização e naturalização dos encontros diaspóricos produzidos pelo colonialismo e, através deles, da consolidação de formações sociais estáveis. Assim, numa situação pós-colonial marcada 'pelo desejo de esquecer o passado e o ocidente [...] em que o valor do pós-colonialismo reside, em parte, na sua capacidade de elaborar memórias esquecidas', é fundamental reclamar a liberdade de controlo dos meios de auto-representação (Gandy 1998: 17). Deste modo, como sintetiza Azevedo (2007), o fabrico de um verdadeiro cosmopolitanismo social multicultural passa pela revisão das políticas de representação, pelo repensar das teorias e das políticas espaciais e pelo reconhecimento do carácter situado dos discursos.

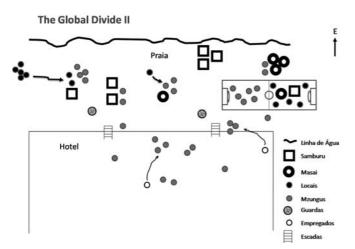
Uma vista aérea do espaço parcialmente representado na figura 1 pode ser conceptualizada graficamente (Figs. 3a e 3b), de forma a mostrar os micro espaços e zonas de contacto que se geram em momentos de maré alta e maré baixa. Na primeira situação, a praia em frente ao resort praticamente desaparece, sendo as oportunidades de negócio e as zonas de contacto extremamente limitadas. Os locais retiram-se para os espaços que sobram entre os resorts, refugiam-se nos seus comércios precários construídos com madeira e palmeiras. As interações que ocorrem são à distância, através de sinais. Tentam atrair os turistas até à «linha de divisão do mundo». Esta fronteira, que pode à partida ser negligenciada como inconsequente, ou invisível, separa duas realidades antagónicas. Bauman distingue os «residentes do primeiro mundo», caricaturando-os como «turistas», que podem vencer distâncias sem esforço, que se movem porque querem, os «privilegiados» no sentido literal, e os «residentes do segundo mundo», apelidados por Bauman de «vagabundos», que vivem de forma resiliente, intocável, e que se movem sub-repticiamente e muitas vezes de modo ilegal, pois não têm outra escolha (Bauman). Homi Bhabha (1992) ressalta que ao mesmo tempo que o globo encolhe para aqueles que o possuem, para os deslocados ou os despojados, para os migrantes ou refugiados, não há distância mais avassaladora do que os poucos metros que separam as fronteiras. Este é um exemplo de que a distância nunca é absoluta, fixa e solidificada. No presente colonial, tal como no passado colonial, o poder para trans-



formar a distância, tal como o poder para representar os outros como «outros», está claramente do lado das culturas metropolitanas (Gregory 2004). Claro que, como é visível pelas imagens e pelas nossas próprias experiências, e como defende Gregory (2004), os «turistas» dependem de muitas formas dos 'vagabundos', quanto mais não seja pela mão-de-obra barata de quem produz as *t-shirts* e os tecidos que se expõem e se tentam vender (Figura 2).

Dentro do *resort* há outras zonas de contacto, que de certa forma desestabilizam esta dualidade dentro/fora, nós/ eles, construindo formas de contacto alternativas. Os funcionários do bar, do restaurante, do jardim, e mesmo os seguranças (que agora estão todos no recinto) vão tentando discreta e velozmente abordar os turistas sobre outros assuntos que não o seu serviço. Não têm muito tempo nem





Figuras 3a e 3b. Espaço-praia em Diani Beach (maré alta e maré baixa).

Fonte: autor, 2009

oportunidades, pois os seus movimentos no espaço do *resort* são também fortemente vigiados por encarregados. As ordens são de não «incomodar» os turistas. Oferecemse informações, estabelecem-se cumplicidades, trocam-se endereços e números de telefone. Tenta-se, assim, resistir aos significados e fronteiras estabelecidas neste projecto de modernidade em África onde há claras exclusividades e primazias.

Durante a maré vazia, o espaço adquire uma outra vida e, para alguns, vulnerabilidade. Os seguranças do resort, em pleno espaço público, controlam as interacções entre locais e turistas. Por vezes intimidam e expulsam mesmo os indivíduos que julgam poder causar problemas aos seus protegidos. Aos locais, de maioria swahili, juntam-se vendedores de outras etnias, como sejam os masai e samburu, geralmente mais reservados, e que fazem parte da imaginação dos ocidentais enquanto guerreiros e homens da savana africana. As lanças, objectos simbólicos de poder e virilidade, juntamente com artesanato diverso, são aqui vendidos. Paradoxalmente, nas Highlands quenianas, há muito que as lanças enquanto símbolo de masculinidade foram substituídas por Kalashnikovs e outras armas de fogo (ver Kasfir, 2004). As transacções comerciais variam desde um dia de barco para visitar corais, um safari que pode ser de um dia a uma semana, bijutaria barata, tecidos e roupa feita principalmente na Índia e na China, até algumas massagens, à venda de droga ou mesmo prostituição.

Das actividades que o *resort* organiza na praia, o fute-bol é o mais popular. Várias vezes por semana desenha-se um campo na areia, e com uma equipa de jogadores do *resort* (um sortido de nacionalidades do «norte») contra uma equipa «local» (sortida também de gente do «sul»: swahili, samburu e masai), os homens divertem-se. Durante este tempo não há vendas, não há «assédio», há somente uma concentração no jogo, na bola, nos golos, e aparentemente as regras são as mesmas para todos (ver Sarmento, 2009a). Mal a partida termina, os turistas, cansados e sequiosos, banham-se no mar ou retornam à tranquilidade do *resort*, enquanto os «locais» reiniciam a sua rotina de venda.

Ao olharmos para este espaço-praia como uma zona de contacto, a sua estrutura efémera, a sua condição jurídica e as imaginações geográficas a si associadas transformam-se numa relação histórica, política e moral em movimento, onde há trocas e negociações. Assim como o interior do *resort* é para quem vive ali bem perto um lugar estrangeiro, também frequentemente, para quem vive à distância de um

² Bauman fala-nos de outras 'culturas de viagem', nas quais devemos incluir os refugiados, os exilados, os deslocados, etc

curto trajecto de autocarro de um museu de arte, este espaço «existe» num outro continente

Transformação óptica

«Um lugar no mapa também é um lugar na história.» Adrienne Rich (1986, em Kaplan 1996:143)

Os interesses do pós-colonialismo na Geografia têm-se direccionado para vários aspectos do transnacionalismo e da globalização, explorando as formações discursivas e as manifestações materiais do imperialismo, quer nas potências colonizadoras quer nas colonizadas. Por um lado sublinha-se a forma como a hegemonia ocidental se constrói sobre visões parciais do resto do mundo, frequentemente movidas por razões políticas. Por outra parte, tenta-se de-sestabilizar essa mesma parcialidade com vista a uma desejada emancipação. Por isso, compreender esses «outros mundos» e as suas relações mútuas é, para Gregory, o único modo de evitar a tendência para universalizar paroquialismos culturais. O repensar do imperialismo (ver Harvey, 2003) associa-se a uma urgência em questionar os imaginários, as representações, as lógicas e as práticas coloniais, de forma a combater uma profunda «amnésia histórica» que atravessa a disciplina de Geografia, entre outras. Esta amnésia histórica que sufoca, visões alternativas do mundo, encontra-se manifesta «nas geografias especulativas dos exploradores, na construção de mapas, nas teorias científicas de clima e raça e nas espacialidades pragmáticas de governo e assentamento colonial» (Jacobs 2004: 347), mas também na forma como transformamos e vivemos o nosso mundo contemporâneo (ver Sarmento, 2009b). Tal como afirma Jane Jacobs (1996: 29), «a colossal desigualdade material das vidas das pessoas afectadas pelo imperialismo deve informar a função ética e moral dos estudos pós-coloniais, e consequentemente, das geografias culturais pós-coloniais. O pós-colonialismo não é mais do que esta transformação óptica: o seu comprometimento com um futuro livre de poderes e disposições coloniais sustém-se em parte por uma crítica das continuidades entre o passado colonial e o presente colonial (Gregory, 2004).

Agradecimentos

Gostava de agradecer o convite que me foi dirigido pela Associação de Professores de Geografia para participar no XXII Encontro Nacional de Professores de Geografia e I Congresso da Geografia dos Açores, realizado entre 3 e 7 de Setembro de 2008 em Ponta Delgada, Açores, toda a hospitalidade proporcionada pelos geógrafos açorianos em São Miguel durante este dias e ao amável convite para publicar este texto.

Referências

AZEVEDO, A. F. (2007) «Geografias pós-coloniais: contestação e renegociação dos mundos culturais num presente pós-colonia» in Pimenta, J. R., Sarmento, J. e Azevedo, A. F. (Eds.) Geografias Pós-coloniais. Ensaios em Geografia Cultural. Porto: Figueirinhas.

BAUMAN, Z. (1998) Globalization: the Human Consequences. Cambridge: Polity.

BHABHA, H. (1992) «Double Visions» in Artforum 30(5).

Bruner, E. M. (2005) Culture on Tour. Ethnographies of Travel. Chicago: The University of Chicago Press.

CLIFFORD, J. (1992), «Travelling Cultures» in Grossberg, L. Nelson, C and Treichler, P. (Eds.) Cultural Studies. New York: Routledge.

CRANG, M. (1998), Cultural Geography. London: Routledge.

DUNN, K. C. (2004) 'Fear of a Black Planet: anarchy anxieties and postcolonial travel to Africa' Third World Quaterly 25(3): 483-499.

FOUCAULT, M. (1980) Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings, 1972-1977. New Yorque: Pantheon Books.

GANDY, L. (1998) Postcolonial theory: a critical introduction. Edinburgh: Edinburgh University Press.

GREGORY, D. (1994), Geographical Imaginations. Oxford: Blackwell.

GREGORY, D. (2004), The Colonial Present: Afghanistan, Palestine, Iraq. Oxford: Blackwell.

HARVEY, D. (2003), The New Imperialism. Oxford: Oxford University Press.

HOTTOLA, P. (2005), «The Metaspatialities of Control Management in Tourism: Backpacking in India.» in Tourism Geographies, 7(1), pp. 1-22.

JACOBS, J. M. (1996), Edge of empire: postcolonialism and

Travel time to major cities

JRC47352 ISBN 978-92-79-09771-3 Catalogue number LB-30-08-671-EN-C





"Accessibility links people markets and communities with places, goods with to vital services."

from a city. In developing

countries it is 65%."

in developed countries are more than one hour

"Only 15% of people

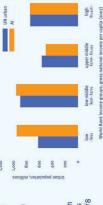
Travel time in hours and days to the nearest city of 50,000 or more people

Fravel time to major cities: A global map of Accessibility

Developed by the European Commission's Joint Research Centre for the World Bank's World Development Report 2009 "Reshaping Economic Geography". Map colours represent travel time to the nearest city (8,518 cities with 50,000 or more people in the year 2000). Modes of travel are land and water based. The data resolution is 30 arc seconds. The map projection is Robinson. Digital datasets, the accessibility model, input data and more information at http://gem.irc.ec.euopa.eu. The World Development Report is available at http://econ.worldbank.org. The delineation of national boundaries must not be considered authoritative.

tipping point – more people living in urban areas than in rural areas – much earlier than the 2007/8 that the world may have passed the urbanisation global urban population in 2000 was 3.21 billior (53%, compared to 47% of the world). Most of the difference is in the developing world. This alternative definition of urbanisation suggests compared to the UN's total of 2.85 billion





agriculture. These patterns of land use around urban

more distant forests, grasslands and shrublands to areas mirror one of the most important models of

areas expand, there is huge pressure to convert

land is within two hours of a city. As urban

agricultural land to urban uses, and to convert

economic geography, Johann Heinrich von Thünen's model of The Isolated State, which links transport

costs to land value.

Travel time zones around a city can be used to define regions where particular economic activities are likely to take place. Almost 60% of all cultivated